

• Política

Inovando para progredir

Mangels
Empresa 100 Brasília

CONGRESSO NACIONAL

Constituinte será instalada em 87

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
075

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

O Congresso Nacional aprovou na sexta-feira o substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) que convoca a Assembléia Nacional Constituinte, que se instalará no dia 1º de fevereiro de 1987 na sede do Congresso Nacional. A proposta foi aprovada na Câmara por 324 votos favoráveis, tendo sido dados 59 votos contra e uma abstenção. No Senado, todos os 55 senadores presentes votaram a favor.

Aprovado o substitutivo Walmor Giavarina ficou a dúvida: a Constituinte será exclusiva ou congressional? Com a retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" criaram-se duas correntes interpretatórias. Foi justamente a retirada da expressão que gastou quatro dias do esforço concentrado em discussões, uma vez que os senadores ameaçavam não aprovar nada, se a expressão fosse retirada.

O boicote dos senadores começou quando da votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que determinava a necessidade de dois terços dos votos para que a expressão ("sem prejuízo...") voltasse ao texto. Na primeira votação os senadores negaram quórum e a sessão foi suspensa. Várias reuniões foram necessárias e também a assinatura de um termo de compromisso pelas lideranças partidárias da Aliança Democrática no Congresso, afirmando que os senadores eleitos em 1982 não perderiam seus mandatos e participariam da Constituinte.

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, não quis dar opinião definitiva sobre a questão da exclusividade da Constituinte. O deputado apenas disse que "o debate entre deputados e senadores no momento oportuno é que vai decidir". Mas Ulysses



Ulysses Guimarães

Guimarães voltou a defender a criação de uma comissão legislativa ordinária, dizendo inclusive que "a presidência desta comissão deve ser exercida pelo vice-presidente da República". O presidente da Câmara negou ser candidato à presidência da Assembléia Constituinte e também da comissão legislativa.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é claro sobre a polémica da exclusividade: "O Congresso Nacional, ao receber do povo, em 15 de novembro de 1986, a delegação constituinte, continuará a exercer normalmente as suas atribuições constitucionais". Diz ainda o parecer que "não será a Constituinte que disciplinará o comportamento do Legislativo ordinário, enquanto regido pela Carta ainda vigente, mas o próprio Congresso, que terá de harmonizar o exercício das suas funções normais com as do pleno poder constituinte". Portanto, fica dissipada a dúvida e a Constituinte será mesmo congressional, segundo o parecer.

O certo mesmo é que a decisão final será da Assembléia, como assinala Ulysses Guimarães: "A tarefa da Assembléia Nacional Constituinte é imensa e seus poderes ilimitados". O deputado agradeceu a "todos os partidos políticos, principalmente ao PDS, que tiveram um comporta-

mento que eu quero encarecer, porque um assunto desta importância não poderia ficar três ou quatro meses sem definição". Para o presidente da Câmara, "o resultado da votação foi favorável à democracia do País, que se vem firmando cada vez mais, e o passo definitivo nós demos agora com a convocação".

Mas não foi só o boicote dos senadores que atrasou a votação do substitutivo. Quando estava sendo votado o segundo turno da reforma tributária, e parlamentares já comemoravam a aprovação da convocação da Constituinte, uma denúncia de fraude balançou novamente o já sonolento plenário. Por volta das 3 horas da madrugada de sexta-feira, o deputado José Genoíno (PT-SP) descobriu que o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) estava no Rio de Janeiro desde o início da noite de quinta-feira mas seu voto constava em Brasília. A sessão foi adiada para sexta-feira à tarde, onde finalmente foi aprovada a convocação da Constituinte.

Pelo texto aprovado, "os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso". A sessão de instalação e a escolha do presidente da Assembléia será presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e a promulgação do texto da nova Carta Constitucional será feita depois do texto ser aprovado em dois turnos de discussão e votação, por maioria absoluta dos membros da assembléia.

Com a aprovação do substitutivo Walmor Giavarina, foi também concedida anistia "a todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares". A medida é extensiva

O que ainda falta votar

por Walter Marques
de Brasília

O PDS obstruiu na última sexta-feira, no Senado, a votação do orçamento do Distrito Federal, que, por isso, não chegou a ser votado. A atitude dos senadores do PDS é uma represália à tentativa da liderança do PMDB na Câmara de fixar em nove meses antes das eleições o prazo de filiação partidária. O Senado já aprovou o prazo de seis meses. A bancada do PDS na Câmara está exigindo a votação imediata do projeto aprovado pelo Senado.

Com a aprovação da convocação da Constituinte e da reforma tributária de emergência na última sexta-feira, o Congresso deve começar a votar nesta terça-feira o Plano Nacional de Desenvolvimento, o Plano Nacional de Informática e os anexos do Orçamento da União para 1986. A Câmara também terá de resolver a questão do prazo de filiação partidária e, com o Senado, deci-

dir ainda sobre o aumento dos vencimentos do funcionalismo público.

Na terça-feira, as lideranças do PMDB e do PFL no Senado tentarão obter o regime de urgência para a tramitação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, se aprovada, instituirá no Brasil total liberdade de organização sindical. Segundo o senador Hélio Gueiros, vice-líder do PMDB, este é um caso raro em que entidades patronais e trabalhistas se unem contra um projeto. Ele tem recebido muito telegramas de ambos os setores contra a Convenção 87. O senador recebeu da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria um levantamento em que de quatrocentos federações e sindicatos apenas catorze se manifestam a favor da Convenção 87 da OIT, que desvincula os sindicatos patronais e trabalhistas da estrutura do Estado e ameaça o imposto sindical, principal fonte de receita das entidades trabalhistas.

ainda aos que cometeram crimes políticos ou conexos e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política. A anistia abrange os punidos ou processados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

O pagamento de benefícios aos anistiados será feito na aposentadoria ou na reserva, e será referente ao cargo, posto ou gra-

duação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo. A anistia não tem caráter retroativo, isto é, não serão pagos os atrasados. A administração pública, entretanto, poderá readmitir ou reverter aos seus quadros os anistiados. Os benefícios da anistia abrangem também os dependentes dos servidores civis e militares já falecidos.

O prazo de desincompatibilização para governadores, prefeitos, presidentes, diretores e superintendentes de órgãos da adminis-

tração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista, ficou em seis meses, quando titulares de mandatos eletivos, e nove meses quando sem mandato eletivo. Para os candidatos a cargos municipais o prazo de desincompatibilização diminui para quatro meses. A medida "desincompatibilização" visa evitar que os candidatos que ocupam cargos "possam influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade da eleição".